

## **ESPECIARIA**

Cadernos de Ciências Humanas,  
v. 22, ano 2025 | ISSNe: 2675-5432

# **“NEM DECALQUE, NEM CÓPIA”: autocracia burguesa, fascismo e capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes**

## **Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa**

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Professora da Secretaria de Educação dos estados de Pernambuco e da Paraíba. Integrante do ARIADNE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento Social e Político Brasileiro (UFPB - Campus I).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-7382>



Recebido em: 15/07/2025  
Aprovado em: 10/08/2025  
Publicado em: 13/10/2025

# “NEM DECALQUE, NEM CÓPIA”: autocracia burguesa, fascismo e capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes

Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo desenvolve a discussão sobre a relação entre capitalismo e fascismo a partir da leitura de Florestan Fernandes, evidenciando os meios possíveis de reprodução das condições de manutenção da autocracia burguesa como cerne político e social capitalista. A partir das análises de Fernandes acerca da natureza sociológica do fascismo, destaca-se a centralidade das particularidades históricas das formações sociais, assim como do caráter contrarrevolucionário preventivo do fascismo. Ao fim, destacam-se os elementos possíveis para compreensão do fenômeno fascista na periferia do capitalismo, nos países de capitalismo dependente, considerando os casos latino-americanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fascismo; Autocracia burguesa; Contrarrevolução; América Latina; Florestan Fernandes.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Professora da Secretaria de Educação dos estados de Pernambuco e da Paraíba. Integrante do ARIADNE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento Social e Político Brasileiro (UFPB – Campus I).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-7382>

## Abstract

This article explores the relationship between capitalism and fascism based on the work of Florestan Fernandes, highlighting the possible mechanisms for reproducing the conditions that sustain bourgeois autocracy as the political and social core of capitalism. Drawing from Fernandes' sociological analysis of fascism, the study emphasizes the centrality of the historical particularities of social formations, as well as the preventive counterrevolutionary character of fascism. Finally, it points to elements that contribute to understanding the fascist phenomenon in the periphery of capitalism, particularly in dependent capitalist countries—considering Latin American cases.

**KEYWORDS:** Fascism; Bourgeois autocracy; Counterrevolution; Latin America; Florestan Fernandes.

## Introdução

A compreensão do fascismo como fenômeno político não pode prescindir de uma análise das suas determinações de classe e de sua vinculação estrutural com a dinâmica do capitalismo. Leandro Konder (2009) alerta que a análise do fascismo como mera manifestação da direita conservadora esvazia seu conteúdo materialista e histórico. Para o autor, é fundamental apreender seu caráter de classe, sua conexão com o estágio monopolista e imperialista do capitalismo, bem como seu alinhamento com um irracionalismo pragmático que torna possível sua constante reatualização sob novas formas e discursos. Nesse sentido, o fascismo teria representado, historicamente, uma tentativa da burguesia de lidar com as contradições internas da ordem capitalista, superando, por meio da ação direta e autoritária, os impasses que o liberalismo não mais conseguia resolver.

Alysson Mascaro (2022), ao desenvolver uma crítica ao fascismo a partir de uma perspectiva marxista,

diferencia sua abordagem das interpretações juspositivistas e idealistas que, ao desconsiderarem a materialidade histórica e social do fenômeno, não alcançam suas raízes estruturais. Para ele, “não compreender a íntima conexão entre fascismo e capitalismo é desconhecer a plena possibilidade de sua recorrência” (Mascaro, 2022, p. 7). O autor reforça que o fascismo não é um desvio moral ou político episódico, mas uma possibilidade intrínseca ao modo de produção capitalista, que ressurgue sempre que a ordem burguesa se vê ameaçada por crises ou pela ascensão das classes subalternas. Como afirma: “O fascismo é sempre uma possibilidade do capitalismo em sua reprodução, dadas as suas contradições e crises” (Mascaro, 2022, p. 14).

Essa leitura permite compreender por que o fascismo não desapareceu com a derrota dos regimes totalitários europeus do século XX, mas se transformou e se adaptou, podendo se manifestar de forma específica em distintas formações sociais. A América Latina oferece terreno fértil para essa investigação, pois, desde os anos 1930, já se observava a emergência de movimentos políticos que, embora não idênticos ao modelo europeu, reproduziam algumas de suas práticas, discursos e estratégias. No Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado em 1932, é exemplo notório de um movimento de massa com inspiração fascista, combinando nacionalismo, anticomunismo, tradicionalismo e culto ao Estado forte – em sintonia com a experiência do integralismo lusitano e influências da Action Française. Entretanto, essas expressões locais do fascismo, ao contrário do que sugerem interpretações que as classificam como simples imitações, requerem uma análise que considere as condições históricas específicas da periferia do capitalismo. Nesse ponto, destaca-se a contribuição decisiva de Florestan Fernandes, cuja reflexão sociológica se propõe a desvendar as particularidades do fascismo na América Latina, rejeitando tanto o reducionismo comparativo com o modelo europeu quanto a abstração moralizante que esvazia sua dimensão material.

Um marco relevante no debate sobre o fascismo na América Latina foi a publicação, em 1978, da revista mexicana *Cuadernos Políticos*, que trouxe importantes contribuições a partir do debate entre Pío García, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. De modo geral, esses autores buscaram refletir sobre a existência – ou não – de formas de fascismo na América Latina, considerando o contexto específico das ditaduras militares. Entretanto, sete anos antes, Florestan Fernandes já havia se debruçado sobre essa questão no texto *Notas sobre o fascismo na América Latina*, elaborado para uma conferência na Universidade de Harvard, em um momento em que enfrentava com altivez as adversidades do exílio no Canadá. Em sua análise, Florestan argumenta que o fascismo latino-americano se apresenta de forma obscura e de difícil compreensão, pois não se trata de uma mera reprodução do fascismo clássico europeu. Para ele, o fenômeno assume uma configuração complexa, mais próxima das experiências do fascismo espanhol e português, exigindo um menor grau de “orquestração de massas” e estruturando-se sobre um “totalitarismo de classe”. Além disso, o fascismo na América Latina desenvolveu-se principalmente como um fenômeno *contrarrevolucionário* (Fernandes, 2015a).

O sociólogo brasileiro não é o primeiro a lançar seu olhar para a América Latina usando o modelo analítico marxista, quem antecipou o debate foi o pensador peruano José Carlos Mariátegui, primeiro intelectual latino-americano a aplicar o método marxista de forma consistente a América Hispânica. Florestan foi um leitor atento e entusiasta da obra mariateguiana. A influência do pensador peruano pode ser percebida tanto na formação teórica quanto na prática intelectual de Florestan, que manteve em sua biblioteca pessoal – atualmente preservada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – um acervo expressivo de obras escritas por e sobre Mariátegui. Além disso, a presença de inúmeros fichamentos e anotações revela o esforço contínuo de apreensão e diálogo

com as ideias do autor de *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (Rubbo, 2016).

Essa interlocução torna-se ainda mais evidente em *A Contestação Necessária* (2015b), onde Florestan dedica um capítulo inteiro ao “Significado atual de José Carlos Mariátegui”. Nesse texto, ele sublinha a originalidade e a atualidade do pensamento do peruano, destacando a maneira como Mariátegui soube adaptar o marxismo às condições históricas concretas da América Latina, sem cair em reducionismos ou em um mero transplante de categorias europeias. A valorização do elemento indígena, a crítica ao colonialismo e à dominação imperialista, bem como a defesa de um socialismo enraizado nas realidades locais, são aspectos que, segundo Florestan, conferem ao pensamento do intelectual peruano uma singularidade incontestável para a formulação de uma teoria social crítica latino-americana.

Dessa forma, ao reconhecer a importância de Mariátegui, Florestan também reafirma a necessidade de uma produção teórica autônoma na América Latina, uma produção que, sem perder a radicalidade do método marxista, seja capaz de dialogar com os dilemas históricos da dependência, da desigualdade e da luta de classes em nosso continente.

Vejo em Mariátegui o intelectual marxista mais puro e apto [...] e, se tivesse vivo, para traçar os caminhos de superação que ligam dialeticamente a terceira revolução capitalista à plenitude madura do marxismo revolucionário. [...] Patenteia-se, pois, o quanto Mariátegui transcendeu a órbita do marxismo triunfante do seu tempo e o quanto ele compartilha conosco a necessidade de ir mais longe ou perecer (Fernandes, 2015b, p. 83).

José Carlos Mariátegui também se dedicou à análise do fascismo, especialmente no período em que viveu na Itália, entre janeiro de 1920 e agosto de 1923. A vivência direta no contexto político italiano levou o pensador

peruano a produzir uma série de reflexões reunidas, posteriormente, no livro *As Origens do Fascismo*, publicado no Brasil apenas em 1975. Trata-se de uma coletânea de trinta e sete textos nos quais examina criticamente as decisões das lideranças políticas italianas e o impacto dessas ações no aprofundamento da luta de classes durante a ascensão do regime de Mussolini.

Seguindo direção semelhante de investigação, Florestan Fernandes analisa suas manifestações em contextos periféricos, como América Latina e Portugal. Sua principal contribuição está na atenção às especificidades históricas e sociais das formações periféricas do capitalismo, entendendo o fascismo como realidade concreta que assume configurações próprias conforme as particularidades do espaço em que se manifesta. No ensaio *Notas sobre Fascismo*, afirma que sua tese central é demonstrar que:

Destruíram o fascismo dos elementos rituais ideológicos e orgiásticos que punham lado a lado o ‘heróico’ e o ‘vulgar’, a ‘elite’ e a ‘massa’. Uma extrema racionalização conduziu-o a uma metamorfose: hoje, ele é parte das tecnoestruturas civis e militares da sociedade capitalista. Ele perdeu a saliência, mas não perdeu seu caráter instrumental para a defesa do capitalismo da crise da civilização industrial capitalista. A América Latina foi toda ela envolvida nessa tendência, porém como ‘periferia’. Não que a tragédia do centro venha a ser a comédia da periferia. Ao contrário, a realidade melancólica do centro se converte numa realidade suja da periferia. É aí que nos encontramos com o sentido histórico de uma ‘defesa da ordem.’ e com uma ‘defesa da estabilidade política’ que obscurece, ignora ou sufoca pela violência institucional a única via de liberação e redenção que se abre para a grande maioria silenciosa na América Latina (Fernandes, 2015a, p. 53).

Analisar a contribuição das reflexões de Florestan Fernandes sobre o fascismo implica considerar profundamente suas observações sobre a natureza do capitalismo e das classes sociais na América Latina. Fernandes entendia que a periferia do capitalismo apresentava traços

estruturais e dinâmicos que caracterizavam uma economia mercantil – essencialmente capitalista. Contudo, ele destacava que essas uniformidades fundamentais eram sobrepostas por diferenças significativas que moldavam o desenvolvimento capitalista na região. Essas diferenças, segundo Fernandes, eram responsáveis por um capitalismo dependente, subdesenvolvido e imperializado, refletindo o caráter típico da dominação burguesa e da transformação capitalista na periferia. Além disso, Florestan Fernandes sublinhava a influência do imperialismo nas dinâmicas do fascismo na América Latina. Ele argumentava que o capital internacional desempenhava um papel central na imposição de relações de dependência econômica e política, perpetuando formas de exploração e reforçando a rejeição ao socialismo. Essa rejeição, por sua vez, alimentava o caráter contrarrevolucionário do fascismo na região, visto como uma ferramenta de manutenção da ordem capitalista e de repressão aos movimentos populares e socialistas. Fernandes (2020) via essa dinâmica como um reflexo direto da aliança entre a burguesia nacional e o Estado burguês, ambos subordinados aos interesses imperialistas.

Florestan Fernandes (2015a) destacou que o fascismo na América Latina se manifestou de acordo com as condições históricas e sociais próprias da periferia do capitalismo. Enquanto na Europa o fascismo surgiu em contextos de crise das democracias liberais e como reação a fortes movimentos socialistas, na América Latina assumiu formas adaptadas às realidades locais, marcadas pelo capitalismo dependente e pelo papel central do imperialismo na configuração das sociedades. Para Fernandes, qualquer análise do fascismo na região deve considerar essas particularidades, sem perder de vista a compreensão marxista de sua natureza contrarrevolucionária. Assim, o fascismo latino-americano expressa a contrarrevolução burguesa, enraizada na aliança entre burguesia nacional e imperialismo, voltada à preservação do status quo por meio de regimes autocráticos e repressivos.

## 1 O fascismo da periferia como produto do centro?

Florestan Fernandes revela singularidades nos processos históricos de desenvolvimento do fascismo na América Latina. A relação do pensamento do autor com a teoria marxista da dependência, assim como o conjunto do seu pensamento, é fundamental para entender a sua análise do funcionamento desse fenômeno nos países da periferia do capitalismo, visto que o fascismo latino-americano não corresponde a um produto diretamente derivado do fascismo do centro, nem a um subfascismo ou pré-fascismo. Na periferia, a burguesia com sua essência contrarrevolucionária une seus interesses aos das grandes potências capitalistas que visam garantir a manutenção de sua dominação política nos países periféricos e atuam de maneira a excluir toda forma de mudança que venha a surgir. O fascismo não eclode de forma extrema na América Latina, porém, devido ao caráter autocrático do Estado burguês, ele consegue impedir a transição para uma democracia com participação ampliada, desenvolvendo um fascismo “periférico” cuja burguesia nacional defende a estabilidade do capital financeiro internacional na periferia. Preservando sua condição de burguesia associada e dependente, assim como a subordinação da economia nacional ao padrão do arranjo internacional sob as diretrizes da cadeia imperialista de reprodução capitalista.

Apesar de não se comportar como um produto do centro, o fascismo latino-americano é fruto da articulação entre centro e periferia do capitalismo, e as burguesias nacionais e pró-imperialistas desempenham um papel fundamental nessa articulação. Segundo Florestan, “há uma longa tradição de fascismo potencial na América Latina. Quando o fascismo aparece como realidade histórica, ele já encontra dentro da ordem [...], sancionado pelos ‘costumes’ e ‘pelas leis’ um quase-fascismo operando como força social” (Fernandes, 2015a. p. 47). O fascismo surge contra toda forma revolucionária, contra o fantasma do comunismo e como forma de evitar “outras Cubas”,

isso ocorre porque a revolução democrática viria pelo socialismo que pretendia eliminar o Estado, que segundo Florestan seria “o bastião da contrarrevolução” (Fernandes, 2015a, p. 52). Definição que se assemelha ao conceito gramsciano de “revolução passiva”, em que o Estado atua como organizador político do bloco burguês no poder.

A relação centro-periferia é primordial para entender o pensamento de Florestan sobre o fascismo na América Latina, sua apropriação da teoria da dependência e sua análise marxista permitem perceber que o fascismo latino-americano não é um mero produto do fascismo do centro, pois o fascismo do centro e o que se desenrola na periferia do capitalismo são duas faces da mesma moeda, não uma dualidade integrada, mas sim uma unidade contraditória, pois apresentam-se como “práticas que são constitutivas uma da outra” (Franco, 1997, p. 11).

A partir da compreensão do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, Florestan Fernandes desenvolveu uma análise crítica sobre o fascismo na América Latina. Nessa abordagem, o fascismo na periferia não é mera reprodução do modelo europeu, mas um fenômeno que se manifesta de forma específica dentro das condições estruturais do capitalismo dependente. Essa especificidade, contudo, não implica autonomia; ao contrário, o fenômeno é profundamente influenciado pelas dinâmicas do capitalismo central. Sob essa perspectiva, é possível afirmar que o fascismo periférico é e não é um produto do centro em dois sentidos principais. Primeiro, porque o capitalismo dependente se estrutura de forma subordinada ao capitalismo desenvolvido, de modo que as formas de dominação política na periferia são condicionadas pelas necessidades da ordem capitalista global. As burguesias periféricas, diferentemente daquelas dos países centrais, não tiveram um desenvolvimento autônomo e revolucionário; ao contrário, nasceram e se consolidaram sob a tutela de forças externas e, por isso, atuam como classes dominantes conservadoras e reacionárias. Assim, o fascismo na periferia não surge como uma

reação ao movimento operário revolucionário, como no caso europeu, mas como um mecanismo de reforço da dependência e do controle social. Em segundo lugar, a própria forma do fascismo periférico reflete a influência do centro. Na Europa, os regimes fascistas se estruturaram como Estados totalitários com amplo apoio de setores sociais organizados. Na América Latina, o fascismo se manifesta por meio de regimes autoritários e da violência institucionalizada, muitas vezes sob a forma de ditaduras militares. Esses regimes foram impulsionados e sustentados pelas potências centrais que viam na repressão brutal uma forma de garantir a estabilidade necessária para a reprodução do capitalismo dependente. O apoio dos Estados Unidos a golpes militares na América Latina durante o século XX ilustra bem esse processo, em que o fascismo periférico foi, em grande medida, viabilizado pelo centro.

Portanto, pode-se dizer que o fascismo na periferia é um produto do centro não apenas porque atende às demandas do imperialismo e do capitalismo global, mas também porque sua estrutura repressiva e autoritária é influenciada por formas de dominação gestadas nas potências centrais. A contribuição de Florestan Fernandes permite compreender como o fascismo na América Latina se enraíza nas relações de dependência e reforça a autocracia burguesa, funcionando como uma ferramenta da classe dominante para evitar qualquer possibilidade de ruptura revolucionária, mesmo que essa suposta ruptura revolucionária seja, concretamente, uma via de ampliação democrática, tal qual as forças populares e a classe trabalhadora organizada produziram na centralidade do capitalismo.

Florestan Fernandes interpreta o fascismo como um instrumento de defesa do capitalismo diante de suas crises estruturais. Na América Latina, essa forma de dominação assume feições próprias, moldadas pela condição periférica da região no sistema mundial. As manifestações autoritárias não reproduzem de maneira cômica a

tragédia vivida nos centros do capitalismo avançado; ao contrário, traduzem-se em uma realidade ainda mais degradada, marcada pela intensificação da violência institucional e pelo bloqueio sistemático das possibilidades de emancipação popular. Como afirma o autor, “a realidade melancólica do centro se converte numa realidade suja da periferia”, cuja retórica da ordem e da estabilidade serve para obscurecer ou anular os caminhos de libertação para as maiorias sociais (Fernandes, 2015a, p. 53).

Contudo, Florestan adverte que essa lógica de fascistização não se restringe ao plano local. A tendência é que os mecanismos autoritários se expandam e se generalizem em escala global, ultrapassando o Estado e penetrando todas as esferas institucionais da sociedade capitalista. “O que corre hoje com o Estado e começa a acontecer com a grande empresa corporativa irá suceder com todas as instituições-chave, em todos os níveis de organização da sociedade” (Fernandes, 2015a, p. 54). Assim, a periferia não apenas sofre de forma mais crua os efeitos dessa dominação, mas também antecipa os contornos futuros do autoritarismo em nível mundial. Essa leitura conecta-se à ideia de *periferização do mundo*, em que as experiências históricas das formações sociais periféricas se entrelaçam com as reconfigurações neoliberais do capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, a nova etapa do capital global promove a universalização de padrões de exploração cada vez mais intensos, revelando tendências autoritárias que se tornam características estruturais do tempo presente.

A análise de Florestan Fernandes permite, em conjunto à caracterização e identificação do capitalismo dependente, do fascismo na periferia do capitalismo e a especificidade das burguesias locais, apreender os termos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e latino-americano a partir das relações e lutas de classes. Dado que o fenômeno fascista se apresenta na periferia com esse caráter preventivo em relação aos avanços das lutas populares e das virtuais (ou reais) organizações da

classe trabalhadora, há que se ter em conta a importância de indicar o conteúdo burguês do Estado na periferia do capitalismo e sua necessária atuação em entrar as vias de ampliação democrática. As reflexões de Fernandes se dão em meados do século XX, em uma quadratura histórica que englobou fechamentos de regimes e a participação ativa das burguesias locais em impedir o desenrolar de conquistas que diziam respeito, quando dos sentidos clássicos das revoluções europeias dos séculos XVIII e XIX, a interesses inicialmente burgueses de superação das ordens sociais anteriores. Contudo, ao considerar a particularidade do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, Fernandes consegue captar a impossibilidade desse alinhamento burguês com as mudanças sociais, visto que a própria existência dessa burguesia está atrelada a um tipo de capitalismo que precisa, ainda mais encarecidamente que o do centro, reproduzir um padrão de exploração vertiginosamente acentuado e que não sobreviveria diante de uma reorganização aos moldes de algumas experiências da centralidade do capitalismo.

## **2 O fascismo como contrarrevolução**

O fascismo emerge em momentos de crise, quando as classes dominantes se veem ameaçadas por movimentos revolucionários ou por demandas populares que buscam reformas sociais e políticas. Essa resposta contrarrevolucionária tem como objetivo preservar a ordem social existente e combater qualquer forma de democratização que possa desestabilizar a hegemonia da elite. Como aponta Agustín Cueva (2020), ao analisar o fascismo, é imprescindível entendê-lo enquanto fenômeno da superestrutura política-estatal - ou seja, uma instância onde as contradições econômicas se condensam pela luta de classes. Nesse sentido, Cueva retoma uma observação fundamental de Marx: o Estado é o reflexo das lutas práticas da humanidade, cristalizando-se em estruturas de

dominação de uma classe sobre outras. A esfera política, portanto, coloca como questões centrais a definição de quem exerce o poder, sobre quem e de que maneira. Cueva (2020) ainda reforça, citando Marx, que as formas concretas do Estado variam conforme as fronteiras nacionais. Embora a sociedade capitalista se reproduza em todos os países desenvolvidos – com diferentes graus de influência de elementos pré-capitalistas e de variações históricas –, o Estado, por sua vez, assume configurações específicas em cada contexto nacional. Essa observação é decisiva para compreender por que o fascismo também se manifesta de modos variados, refletindo as particularidades históricas, econômicas e sociais de cada país em que surge.

A violência é um elemento central na estratégia fascista de controle social. Fernandes argumenta que o fascismo utiliza a guerra civil em dois níveis: primeiro, contra qualquer forma de democratização; segundo, contra movimentos revolucionários. “O fascismo, em si mesmo, é uma força muito moderna e seus objetivos mais recentes estão relacionados como ‘desenvolvimento com segurança’, um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política na periferia” (Fernandes, 2015a, p. 36).

O fascismo, na leitura de Florestan Fernandes, opera como uma forma de contrarrevolução burguesa diante de situações em que a ordem capitalista se vê ameaçada por forças transformadoras vindas das classes subalternas. Trata-se de um mecanismo de contenção, que age de forma sistemática e instrumentalizada para manter os privilégios das elites dominantes, recorrendo à repressão como forma de silenciar qualquer tentativa de ruptura com a estrutura vigente. A violência, nesse contexto, não é um desvio ou exceção, mas um elemento funcional e necessário para garantir a continuidade da dominação de classe.

Essa resposta autoritária se intensifica especialmente quando a hegemonia tradicional, sustentada por “acordos

entre cavalheiros” dentro das normas institucionais da democracia liberal, torna-se inviável diante do crescimento da polarização social e política. Como alerta Florestan:

Os traços e tendências pré-fascistas somente se convertem em forças políticas efetivas quando esse tipo de polarização não pode ser resolvido por ‘acordos entre cavalheiros’ e ‘dentro da ordem’, *civilizadamente!* Nessa elaboração peculiar é que se prende a forte predisposição elitista de localizar a fascistização *dentro do Estado*, ou, melhor, nas estruturas e funções do Estado que podem servir com maior rapidez, especificidade e eficácia quer para controlar a ‘revolução pelos costumes’ e a ‘transformação da ordem’, quer para impedir ou congelar a ‘revolução contra a ordem’ (Fernandes, 2015a, p. 49, grifo do autor).

Isso revela que o fascismo emerge quando os mecanismos normais de regulação política da burguesia não são mais suficientes para conter a insurgência das massas. O Estado, nesse processo, se torna o principal instrumento da fascistização, pois concentra os aparatos coercitivos capazes de reprimir com rapidez e eficiência tanto as demandas simbólicas por mudança (a “revolução pelos costumes”) quanto as mobilizações concretas contra a ordem social capitalista. O fascismo, portanto, aparece como um projeto político de contra-ataque, que se vale da legalidade institucional para impedir qualquer transformação radical – funcionando, em essência, como uma reação violenta e organizada da classe dominante contra as ameaças vindas de baixo.

A relação entre o fascismo e o capitalismo dependente é fundamental para entender a contrarrevolução na América Latina. A classe burguesa, em sua busca por preservar seus interesses, se alia a ideologias conservadoras e reacionárias, optando pela capitulação política ao imperialismo em vez de lutar por um nacionalismo burguês revolucionário. Fernandes observa que “nas periferias do capitalismo, a classe burguesa se atrela ao pensamento conservador e à contrarrevolução” (Fernandes, 2019, p.

27), o que implica uma imposição de sua ideologia e a busca pela preservação do seu status quo. Fernandes critica a superficialidade com que o conceito de fascismo é frequentemente utilizado, destacando a importância de uma análise mais profunda das suas manifestações, especialmente nos países da América Latina. Ele argumenta que “o fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político, nem sua influência ativa” (Fernandes, 2015, p. 33), e que a compreensão do fascismo como um fenômeno contrarrevolucionário exige a análise das condições sociais e históricas que favorecem sua ascensão, bem como a identificação dos mecanismos pelos quais as elites dominantes utilizam o fascismo para manter seu controle.

A burguesia latino-americana desempenha um papel essencial na sustentação de regimes autoritários e fascizantes na região. Diferentemente da burguesia europeia do século XIX, que teve um papel revolucionário ao romper com o feudalismo e consolidar o capitalismo, a burguesia latino-americana sempre foi marcada pela dependência econômica e pela subordinação ao imperialismo. Em vez de impulsionar transformações sociais progressistas, ela atuou historicamente como guardiã da ordem estabelecida, recorrendo a estratégias de repressão para impedir qualquer ameaça à sua hegemonia. Florestan Fernandes analisa essa dinâmica a partir do conceito de autocracia burguesa, no qual a burguesia, por sua fragilidade estrutural e sua relação de dependência, evita qualquer compromisso com a democracia e adere prontamente a formas autoritárias de governo. Em um contexto de capitalismo dependente, o Estado assume um papel central na garantia da dominação de classe, recorrendo à repressão sistemática para impedir que as massas populares avancem politicamente. Isso explica por que, na América Latina, golpes de Estado e regimes ditatoriais foram estratégias recorrentes da burguesia para manter seu controle sobre a sociedade. A contrarrevolução na América Latina, portanto, não surge como uma resposta a re-

voluções proletárias vitoriosas, como ocorreu na Europa diante do avanço do socialismo. Pelo contrário, trata-se de uma contrarrevolução preventiva, isto é, uma repressão antecipada contra qualquer possibilidade de ascensão das classes populares. O golpe de 1964 no Brasil, as ditaduras militares no Cone Sul e as repressões violentas a movimentos sociais são exemplos desse processo, no qual a burguesia recorre à violência de Estado para preservar sua posição de classe.

Além disso, a burguesia latino-americana nunca agiu sozinha nesse processo. Sua atuação esteve diretamente vinculada aos interesses do imperialismo, particularmente dos Estados Unidos, que forneceram apoio político, econômico e militar para a manutenção de regimes autoritários na região. A Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor são exemplos concretos dessa aliança entre a burguesia local e o imperialismo, resultando na perseguição de militantes de esquerda, na destruição de organizações populares e na imposição de políticas neoliberais. Florestan Fernandes argumenta que essa dinâmica impede o desenvolvimento de uma democracia substantiva na América Latina, pois qualquer avanço das classes populares é imediatamente enfrentado com medidas repressivas. Isso explica a permanência de elementos autoritários nos regimes latino-americanos, mesmo após o fim das ditaduras militares. A estrutura de dominação se adapta, mas mantém intactos os mecanismos de repressão e controle, seja por meio da criminalização dos movimentos sociais, da militarização das periferias ou da ascensão de lideranças políticas neofascistas que buscam restaurar o autoritarismo como forma legítima de governo.

A análise de Fernandes, portanto, permite compreender o fascismo latino-americano como uma expressão da fragilidade estrutural da burguesia e de sua recusa em permitir qualquer democratização real da sociedade. O fascismo, na periferia do capitalismo, não se manifesta apenas como um regime político extremo, mas como

um mecanismo estrutural de controle e repressão, sempre pronto para ser acionado diante da menor ameaça à ordem estabelecida. A noção de fascismo como contrarrevolução, portanto, revela a complexidade desse fenômeno, que se alimenta das crises do capitalismo e das tensões sociais.

### **3 Dependência, Estado Autocrático e Contrarrevolução Preventiva**

Florestan Fernandes oferece uma análise do Estado que ilumina suas funções fundamentais na manutenção da ordem capitalista, particularmente em sociedades periféricas e dependentes. Para ele, o Estado não é uma entidade neutra, mas sim um instrumento crucial para a preservação dos interesses das classes dominantes, especialmente da burguesia. Em seu estudo, ele propõe uma concepção do Estado que ultrapassa a simples ideia de um mediador entre interesses contraditórios, apresentando-o como um mecanismo ativo de dominação. O Estado, segundo Fernandes, torna-se uma “ditadura de classe preventiva”, ou seja, não apenas responde aos desafios das classes subalternas, mas antecipa e neutraliza qualquer ameaça à ordem capitalista, funcionando de maneira coercitiva e autoritária para evitar a transformação das estruturas sociais.

No contexto latino-americano, o Estado assume a forma de um *Estado democrático-burguês às avessas*. A democracia, em tais sociedades, não teria como função a promoção de justiça social ou a igualdade, mas sim o *congelamento da história em processo*, ou seja, a paralisia das potencialidades de transformação social. Nesse tipo de Estado, a governança democrática é uma máscara que esconde o verdadeiro propósito do aparato estatal: garantir a continuidade do poder das elites e preservar as condições de exploração que favorecem a burguesia. Essa dinâmica reflete o caráter essencialmente antidemocrático

do Estado nas sociedades periféricas, cuja verdadeira função é proteger a ordem estabelecida, não promovendo os direitos ou interesses das classes populares, mas sim assegurando que a burguesia continue a controlar a economia e a sociedade.

O Estado, dessa forma, aparece como um agente fundamental na perpetuação da desigualdade e da exploração. Ao ser mobilizado para defender os interesses da classe dominante, Fernandes (2020) destaca que o Estado age para restringir o potencial das classes subalternas de se constituírem enquanto *força social construtiva*. Ou seja, ele não apenas impede que as classes despossuídas ascendam ao poder, mas também as mantém à margem das possibilidades de transformação social que poderiam vir a ocorrer caso as estruturas de dominação fossem questionadas ou modificadas. Nesse processo, o Estado, longe de ser um instrumento de mediação, torna-se um agente de repressão e controle, cujo objetivo principal é preservar a ordem capitalista e garantir que as relações de classe se mantenham imutáveis. A violência institucionalizada, portanto, não é um aspecto isolado, mas uma característica intrínseca ao funcionamento do Estado. No contexto da periferia capitalista, onde as desigualdades sociais e econômicas são profundas, a repressão se torna uma ferramenta constante, necessária para conter as resistências populares e garantir que a ordem estabelecida não seja perturbada. O Estado sempre se apresentaria como mecanismo legítimo de violência, capaz de enfrentar autoritariamente os movimentos sociais que buscam transformar as relações de poder e as estruturas de riqueza.

A teoria do Estado de Florestan Fernandes revela sua função essencial como um dispositivo de controle social, cuja principal tarefa é garantir a perpetuação do sistema capitalista e da dominação das classes possuidoras. Ao descrever o Estado, aponta que o mesmo desempenha um papel central na manutenção das relações autoritárias dentro do capitalismo, especialmente nas formações periféricas. A democracia, quando vinculada à ordem burguesa,

não apenas legitima o sistema, mas também limita possibilidades de transformação estrutural. Como afirma Florestan Fernandes, “a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo e ela bloqueia a história” (Fernandes, 2019, p. 64). Esse bloqueio se expressa na forma autocrática que o Estado assume nas sociedades dependentes, adaptando suas funções conforme o padrão de acumulação vigente. Assim, longe de ser um espaço neutro ou emancipatório, o Estado burguês na periferia opera como um mecanismo de controle e reprodução das desigualdades, reforçando a subordinação econômica e política.

[...] do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporada às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações de contexto (ou, mesmo, de conjunturas diversas, tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global) (Fernandes, 2019, p. 52).

O autoritarismo não seria um fenômeno externo ou excepcional ao capitalismo, mas um elemento estrutural de sua dinâmica. Quando a estabilidade do sistema é ameaçada por crises econômicas, tensões sociais ou movimentos contestatórios, as relações autoritárias se intensificam, reforçando práticas repressivas e dispositivos institucionais que asseguram a continuidade da dominação. No contexto das formações periféricas, onde o capitalismo se desenvolve de maneira dependente, essa lógica se agrava, pois o Estado atua diretamente na manutenção da desigualdade e da subordinação, garantindo que os interesses da burguesia transnacional e das elites locais sejam preservados.

Florestan Fernandes parte de uma análise crítica do conceito de autoritarismo, definindo-o como “logicamente ambíguo e plurívoco” (Fernandes, 2019, p. 39). Para ele, essa categoria vaga não é suficiente para compreender as

complexas relações de classe e o contexto social que estruturam os regimes políticos repressivos. Em contrapartida, Fernandes propõe o conceito de Estado autocrático-burguês, que ele vê como a expressão máxima da dominação da classe dominante. Além disso, Fernandes amplia a compreensão do autoritarismo ao inseri-lo como uma das três faces fundamentais do Estado autocrático periférico. Nesse contexto, o autoritarismo não é apenas uma característica do regime político, mas uma expressão da estrutura desigual e subordinada da sociedade. O Estado autocrático periférico é composto por uma combinação de repressão política, controle social e concentração de poder, visando preservar as relações de exploração que sustentam o sistema capitalista em sua fase dependente. O autoritarismo, portanto, é uma das manifestações mais visíveis da dominação de classe, funcionando como uma ferramenta essencial para a manutenção da ordem social, enquanto suprime as possibilidades de resistência e transformação.

O Estado autocrático-burguês, segundo Fernandes (2020), não se resume a um aparato repressivo, mas reflete uma dominação de classe sem limites, onde o poder da burguesia se impõe de forma absoluta e irrestrita. Esse regime, resultante da revolução burguesa, reorganiza as estruturas políticas e sociais para atender aos interesses da elite econômica. Como consequência, o Estado autocrático-burguês se torna o mecanismo que garante a perpetuação do sistema capitalista e a reprodução das desigualdades, ao criar condições favoráveis à acumulação de capital. Conforme aponta Cardoso (1997), a autocracia burguesa é também um reflexo da estrutura complexa da burguesia brasileira. A dinâmica interna da elite nacional contribui para a consolidação de um regime em que os limites institucionais são suprimidos, permitindo que o poder seja exercido de maneira ilimitada, sem contrapesos ou espaços de autonomia para os demais setores da sociedade.

Gabriel Cohn aponta que a autocracia se caracteriza justamente pela ausência de limites que contenham seu

poder (Cohn, 1999), destacando uma característica essencial dos regimes autocráticos: a ausência de restrições ao poder. A autocracia, nesse sentido, se diferencia de outras formas de governo por sua tendência a eliminar qualquer mecanismo de controle ou freios que possam limitar sua ação. Em um regime autocrático, o poder se concentra de maneira absoluta e irrestrita nas mãos de uma elite dominante, que, ao desconsiderar os limites constitucionais ou legais, estabelece um controle total sobre as esferas políticas, econômicas e sociais.

Esse fenômeno é particularmente evidente no contexto de um Estado autocrático-burguês, em que burguesia e classe dominante utilizam o aparato estatal para consolidar e expandir sua hegemonia. Nesse tipo de regime, as liberdades e os direitos conquistados pelas classes subalternas são sistematicamente restringidos, pois a classe dominante busca preservar seus interesses a qualquer custo. A ausência de limites, então, não se refere apenas à forma como o poder é exercido, mas também à maneira como ele é estruturado para excluir qualquer possibilidade de contestação ou de mudança significativa. Em um sistema autocrático, a cidadania e os direitos políticos tornam-se formas vazias de participação, pois são controlados e manipulados pelo Estado para manter a ordem estabelecida. O poder da elite dominante se expande para além dos limites formais e legais, transformando a autocracia em uma ferramenta eficaz para garantir a continuidade da exploração e da desigualdade social. Assim, como Cohn (1999) sugere, a verdadeira natureza da autocracia reside em sua capacidade de se autoalimentar, removendo qualquer freio que possa interromper seu ciclo de dominação.

Dessa forma, para Florestan Fernandes (2020), tanto a revolução burguesa quanto o Estado autocrático-burguês possuem um caráter essencialmente político. Eles são resultados de um processo histórico que visa garantir a continuidade da dominação de classe e a manutenção do sistema capitalista. O Estado autocrático-burguês se estende não só ao campo político, mas também a todas

as dimensões da vida social, econômica e cultural, funcionando como um mecanismo para a perpetuação das desigualdades de classe e a reprodução das relações de exploração. Essa abordagem acerca do Estado autocrático-burguês possibilita tomá-lo como uma necessidade estrutural do capitalismo dependente na América Latina, diferenciando-o das formas democráticas dos países centrais. A dominação burguesa na periferia não se daria apenas por mecanismos institucionais de hegemonia, mas pela imposição de um regime político que combina repressão sistemática, subordinação ao imperialismo e a neutralização de qualquer força transformadora. Esse Estado não é apenas uma exceção ou uma resposta temporária a crises, mas a forma necessária de dominação em sociedades marcadas por uma revolução burguesa tardia e incompleta.

[...] é na América Latina que encontramos a versão mais acabada de Estado capitalista periférico da era do capitalismo monopolista e de seu padrão de imperialismo. Ou seja, que deparamos com o que já chamei de revolução burguesa em atraso e seu subproduto essencial, uma ditadura aberta e um Estado autocrático-burguês (o qual não é apenas uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário). Se em outros continentes o Estado capitalista da periferia também é contrarrevolucionário ou está na autodefensiva, apenas na América Latina ocorre tal congelamento da história em processo (Fernandes, 2019, p. 82-83).

Fernandes (2020) observa que, ao contrário de outras regiões onde a repressão estatal costuma ser uma reação a crises pontuais, na América Latina ela se consolida como um componente estrutural. Esse cenário representa uma verdadeira estagnação histórica, na qual a burguesia local, incapaz de realizar uma revolução que lhe garanta autonomia, recorre continuamente a formas

despóticas de poder para assegurar a dominação de classe e proteger os interesses do grande capital. Para Florestan Fernandes, o Estado autocrático burguês é fruto de uma contrarrevolução política que viabiliza processos de modernização, incorporação social e industrialização sob uma ditadura de classe explícita. Longe de ser homogêneo, esse tipo de Estado se expressa por meio de três faces articuladas: democrática, autoritária e fascista que operam em conjunto para sustentar a ordem capitalista e eliminar qualquer ameaça à hegemonia burguesa (Fernandes, 2019).

O Estado autocrático burguês apresenta três faces articuladas para manter a dominação. A face democrática é apenas aparente, restringindo a participação política real aos setores que sustentam a ordem vigente, enquanto a maioria da população é excluída das decisões. A face autoritária se expressa na centralização do poder e na gestão seletiva da economia, favorecendo grandes grupos capitalistas, especialmente multinacionais, e usando o Estado para garantir a reprodução do capital. Já a face fascista representa a repressão sistemática contra a classe trabalhadora e movimentos sociais, por meio de violência institucionalizada e desmobilização coletiva. Essas três dimensões operam de forma integrada, consolidando uma estrutura que impede o surgimento de alternativas emancipadoras e transforma a contrarrevolução em parte permanente do sistema. A análise do papel do Estado na periferia do capitalismo, nessa perspectiva, revela a estreita relação entre a burguesia local e os interesses do imperialismo. Longe de protagonizar uma transformação social, a burguesia periférica assume a função de garantir a reprodução do sistema capitalista dependente, mantendo a ordem e fortalecendo as estruturas de dominação. Esse fenômeno se insere no contexto do que o sociólogo brasileiro chama de “revolução burguesa frustrada”, na qual a burguesia local não rompe com o imperialismo, mas se submete a ele, assegurando a continuidade da exploração e da desigualdade estrutural.

No imperialismo total, a burguesia dominante busca consolidar sua hegemonia global, assegurando que o capitalismo se mantenha estável e lucrativo. Já na periferia, a burguesia nacional não lidera uma revolução, mas se compromete a “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo” (Fernandes, 2020). Isso significa que o Estado periférico, em vez de atuar como vetor de transformação social, se torna um instrumento de dominação, garantindo que a burguesia local continue subordinada aos interesses das grandes potências. O Estado na periferia não é apenas um agente de repressão local, mas um elo fundamental na engrenagem do capitalismo global. Ele administra politicamente as relações econômicas de dependência e subdesenvolvimento, assegurando que a periferia continue sendo uma base de exploração e acumulação de riqueza para os centros imperialistas. Em vez de impulsionar uma transição política progressiva, ele atua para manter a estabilidade do capitalismo dependente, servindo aos interesses da burguesia interna e das potências centrais. Dessa forma, a revolução burguesa na periferia se torna inviável aos moldes do que ocorrera na centralidade do capitalismo, pois a burguesia local não apenas se alinha aos interesses imperialistas, como também depende deles para sua própria sobrevivência política e econômica.

Ao refletir sobre a dinâmica do capitalismo recente, Florestan Fernandes destaca sua capacidade de se resguardar temporariamente das próprias contradições, ainda que, em última instância, esse esforço possa levá-lo a um colapso inesperado. A contrarrevolução, ao mesmo tempo em que fortalece a classe dominante, impõe limites à sua sustentação, criando um paradoxo no qual a burguesia, apesar de deter um poder unificado e concentrado, torna-se prisioneira de sua própria lógica de auto-defesa. Como ele observa:

Portanto, o capitalismo recente pode resguardar-se – por quanto tempo? – do agravamento de suas contradições, o que viria com uma oscilação da ‘democracia

forte’ na direção do fascismo. Não obstante, a história da humanidade não é mais localizada. Além dos centros imperiais e da parte da periferia capitalista viável, há o resto do mundo e da humanidade. A contrarrevolução fortalece a classe dominante. Contudo, circunscreve as linhas, os limites e, mesmo, a duração de semelhante fortaleza. Apesar do seu poder unificado e concentrado, em escala nacional e mundial, a burguesia repete, em outras circunstâncias, a história fundamental da classe dominante feudal. Ela não tem castelos. O que não impede que ela se torne prisioneira de sua capacidade de autodefesa e de luta preventiva, como se estivesse encapsulada e a principal ameaça não viesse nem do ‘inimigo interno’ nem do ‘inimigo externo’, mas da contrarrevolução em si mesma. No extremo-limite, a irracionalidade desta exporá a classe dominante a uma derrota imprevisível e humilhante, como se o seu fim tivesse de ser uma espécie de esfarelamento (Fernandes, 2019, p. 100-101).

A partir de uma abordagem sociológica do Estado, Fernandes (2020) apresenta a especificidade da política em uma sociedade de capitalismo periférico e dependente: *o Estado em si, e a sua precária democracia, define-se por um caráter autocrático*. Isso se dá porque o Estado foi reduzido a um instrumento da burguesia para “dirimir” e “reprimir” os rumos da política e da sociedade contendo qualquer centelha de revolução social. A burguesia nacional utiliza do Estado Nacional para consolidar-se como hegemônica por meio de uma síntese da *coerção* e do *consenso burguês*, que é reforçado pela estrutura de classes e pela reação contrarrevolucionária das classes e dos estratos burgueses, transformando o Estado em um instrumento autocrático, pois tem suas funções e responsabilidades estruturais redefinidas tomando como exigência histórica a tarefa de operacionalizar esse processo que culmina com a hegemonia da burguesia. Nesse sentido, como aponta Lenin (2012, p. 39) “todo Estado é ‘uma força especial de repressão’ da classe oprimida. Um Estado, seja qual for, não poderá ser livre e popular.”

Florestan (2020, p. 428) aponta que o Estado capitalista da periferia se apresenta como uma composição sincrética entre a democracia e a negação de si mesma, tendo em vista que ele é constituído “*Leviathan* no verso, e *Behemoth* no reverso, mas existe e possui algum valor por que as duas faces estão fundidas uma à outra como a cara e a coroa de uma moeda.” Isso ocorre porque o Estado é mobilizado pelos interesses da burguesia nacional, que o utiliza para perpetuar a violência institucionalizada de forma perene, tornando o seu caráter autocrático uma condição *sine qua non* que manietas as classes despossuídas minando toda e qualquer possibilidade dela a vir a ser “*força social construtiva*” (Fernandes, 2010, p. 119). Na América Latina, o Estado se configura como uma versão distorcida do modelo democrático-burguês, operando não como um instrumento de ampliação da participação política ou de promoção da justiça social, mas como um mecanismo voltado à preservação da ordem social vigente. Fernandes (2019) sublinha que esse Estado atua fundamentalmente em defesa dos interesses das classes dominantes, buscando sua autopreservação por meio da manutenção de estruturas que perpetuam a desigualdade social. Isso se reflete em uma distribuição profundamente desigual de riqueza, poder, prestígio e privilégios, favorecendo uma minoria e excluindo amplos setores da população dos processos decisórios e do acesso a direitos básicos. Mariátegui contribui para essa análise ao afirmar que essa forma de Estado é consequência direta da ascensão da burguesia como classe dominante. O Estado, nesse contexto, não assume um papel neutro ou universal, mas é moldado pelos interesses da classe hegemônica, funcionando como um aparelho de dominação que assegura a continuidade da exploração capitalista. Em vez de promover transformações sociais estruturais, o Estado latino-americano tende a reforçar padrões de modernização autoritários e seletivos, típicos de sociedades periféricas, onde a democracia é frequentemente limitada e subordinada à lógica do capital.

A Revolução Burguesa no Brasil tem por consequência uma ditadura de classes abertas, pois as classes possuidoras alijam as classes despossuídas dos processos políticos, visando garantir a modernização, mesmo que não consiga levar a cabo, e a incorporação ao capitalismo mundial. A burguesia dependente “como ser agente de uma odienta e cruel ditadura de classes sem máscara” (Fernandes 2019, p. 86) que reage de forma sociopática as transformações sociais e visa fragmentar e neutralizar as classes operárias, munindo-se do Estado, sua versão tecnocrática de democracia, para manter a adequação das massas à ordem estabelecida por meio da força, e a estabilidade política, sob a imagem de democrática, utilizando meios repressivos e antidemocráticos para manter o circuito fechado. Desse modo, o que temos é um Estado e sua forma social, a sociedade de classes, assentadas no “pacto sagrado” da propriedade privada, em que os interesses privados definem as dinâmicas do padrão político interno, fazendo do imperialismo e da dependência uma amálgama que sustenta a acumulação original.

Segundo Fernandes (2015a, 2019), o fascismo se caracteriza pela conformação de um Estado que não é apenas o instrumento de repressão da classe dominante, mas um poder aberto e explícito em favor da manutenção da ordem capitalista. O fascismo é, portanto, uma forma extrema de ditadura de classe, onde a burguesia, em aliança com setores populares ou camadas médias, estabelece uma ditadura aberta para combater ameaças à ordem estabelecida, principalmente as de origem popular ou proletária. Essa ditadura, ao contrário de outras formas mais “discretas” de autoritarismo, não se limita à repressão silenciosa, mas busca legitimar-se com uma base de apoio social significativa, criando um consenso burguês em torno da necessidade de um Estado forte, autoritário e, muitas vezes, nacionalista.

A partir dessa perspectiva, a distinção entre o fascismo e outras ditaduras não se dá apenas pela repressão, mas pela natureza da aliança de classe que ele estabe-

lece. O fascismo, na visão de Fernandes, não é apenas uma reação da burguesia contra as ameaças externas ou internas, mas uma forma de garantir a permanência do capitalismo através de um Estado que se torna, de fato, o guardião da ordem estabelecida, utilizando-se da mobilização das massas para consolidar o seu projeto contrarrevolucionário. Em outras palavras, o fascismo é uma ditadura de classe aberta, que se vale do consenso burguês e da mobilização popular para manter a hegemonia do capitalismo, agindo como uma defesa ativa contra qualquer movimento que ameace esse sistema.

A relação entre o fascismo e o papel do Estado na periferia do capitalismo pode ser compreendida a partir da ideia de que a burguesia, ao enfrentar momentos de crise e ameaça ao seu domínio, recorre a formas extremas de repressão política para garantir a continuidade do capitalismo. Florestan Fernandes destaca que a burguesia luta,

[...] simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo, especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. Essa variação, puramente histórica, é, no entanto, central para que se entenda o crescente divórcio que se dá entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa (Fernandes, 2020, p. 363).

Essa formulação permite entender o fascismo como uma expressão da ditadura de classe preventiva, uma resposta da burguesia diante do avanço das contradições do capitalismo. Quando a hegemonia burguesa entra em crise e a ideologia dominante já não consegue mascarar as desigualdades estruturais do sistema, a burguesia recorre à força para manter sua posição de poder. O fascismo, nesse sentido, é um instrumento de contenção das forças sociais que ameaçam a ordem estabelecida, utilizando o Estado como mecanismo repressivo para impedir qualquer possibilidade de transformação revolucionária.

Na periferia do capitalismo, essa lógica assume contornos específicos e o Estado nesses países já nasce sob a égide do capitalismo dependente, funcionando não apenas como uma estrutura de repressão, mas como um aparelho de preservação da dominação burguesa em benefício das potências centrais. Assim, enquanto na Europa o fascismo surge como uma resposta da burguesia ao esgotamento de sua dominação tradicional, na periferia, o Estado autoritário e repressivo é uma necessidade permanente para a manutenção da ordem capitalista dependente. Dessa forma, a ditadura de classe preventiva não é apenas uma exceção histórica, mas um mecanismo estrutural do capitalismo. O fascismo representa, nesse contexto, uma radicalização do papel do Estado burguês, tornando-se o instrumento máximo de coerção quando as contradições do sistema ameaçam a sobrevivência da dominação de classe.

### **Considerações finais**

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou evidenciar a relevância das reflexões de Florestan Fernandes sobre o fascismo no contexto latino-americano, especialmente a partir de sua articulação com os conceitos de autocracia burguesa e capitalismo dependente. Ao considerar a especificidade das formações sociais da periferia do capitalismo, Fernandes recusa a ideia de um fascismo meramente derivado ou imitativo do modelo europeu, destacando sua funcionalidade como instrumento de contrarrevolução preventiva voltado à contenção das lutas populares e à preservação da ordem burguesa.

A leitura proposta por Fernandes oferece importantes contribuições para a compreensão das formas autoritárias e fascizantes que marcam a história política da América Latina. A partir de uma perspectiva marxista, ele denuncia a cumplicidade das burguesias locais com os interesses do imperialismo, revelando que a violência institucional, longe de ser uma exceção, constitui um elemento estruturante da

dominação de classe na periferia capitalista. Nesse sentido, o Estado autocrático-burguês aparece como a síntese das limitações históricas das burguesias dependentes, que, incapazes de liderar transformações progressistas, optam pela repressão sistemática como meio de garantir sua hegemonia.

A atualidade do pensamento de Florestan Fernandes reside, portanto, na capacidade de interpretar os mecanismos de dominação e repressão não apenas como fenômenos conjunturais, mas como expressões profundas das contradições do capitalismo dependente. Em tempos de recrudescimento autoritário e de reconfiguração das formas de controle social, sua análise permanece fundamental para o desenvolvimento de uma sociologia crítica comprometida com a transformação das estruturas de exploração que ainda marcam de forma contundente as sociedades latino-americanas.

## Referências

Cohn, G. (1999). Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil. In L. D. Motta (Org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, 1, 395-412.

Cueva, A. (2020, 2 de julho). A questão do fascismo (F. Savella, Trad.). *Revista Mexicana de Sociologia*, 39(2), 469-480. <https://www.lavrapalavra.com/2020/07/02/a-questao-do-fascismo/>

Fernandes, F. (1960). *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

Fernandes, F. (1975). Prefácio. In J. C. Mariátegui. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Alfa Ômega.

Fernandes, F. (2015a). *Poder e contrapoder na América Latina* (2ª ed.). Expressão Popular.

Fernandes, F. (2015b). *A contestação necessária: Retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. Expressão Popular.

Fernandes, F. (2019). *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. Expressão Popular.

Fernandes, F. (2020). *A revolução burguesa: Ensaio de interpretação sociológica*. Editora Contracorrente.

Franco, M. S. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora UNESP.

Granato, L. (2021). *O Estado latino-americano: Teoria e história*. Expressão Popular.

Ianni, O. (1996). A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, 10(26), 25-33.

Konder, L. (2009). *Introdução ao fascismo*. Expressão Popular.

Lenin, V. I. (2012). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: Ensaio popular*. Expressão Popular.

Limoeiro-Cardoso, M. (1997). Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, (18), 1-12. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8677774>

Mascaro, A. L. (2022). *Crítica do fascismo*. Boitempo.

Rubbo, D. I. A. (2016). “Nosso irmão mais velho”: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. *Lua Nova*, (99). <https://dspace.almg.gov.br/browse?type=alltitles&value=%22Nosso+irm%C3%A3o+mais+velho%22%3A+Florestan+Fernandes%2C+leitor+de+Mari%C3%A1tegui>